

Estratégia de Paisagem

Oeste da Bahia



Foto: Fellipe Abreu/Acervo ISPN



ESTRATÉGIA DE PAISAGEM OESTE DA BAHIA

Projeto Oitava Fase Operacional do Small Grants Program no Brasil - Fundo
Ecos (SGP/GEF)

Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APA	Área de Proteção Ambiental
CGN	Comitê Gestor Nacional do Fundo Ecos
COMDEKS	Community Development and Knowledge Management for the Satoyama Initiative Programme
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente (<i>Global Environment Facility</i>)
ha	Hectares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
OBC	Organização de Base Comunitária
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SGP	Small Grants Programme

Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Área Prioritária.....	7
3. Análise de Situação.....	10
4. Estratégia da Paisagem.....	12
5. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos	14
6. Plano de Monitoramento e Avaliação.....	20
7. Plano de Gestão do Conhecimento e Comunicação	21

1. Apresentação

O Fundo Ecos é um mecanismo independente, que oferece financiamento diretamente a organizações da sociedade civil, com foco principal em povos e comunidades tradicionais, indígenas e agricultores familiares, visando a promoção de iniciativas comunitárias, com um enfoque particular nas necessidades e potencialidades locais, nos direitos e nas culturas daqueles que historicamente mais têm contribuído para a conservação ambiental por meio do uso sustentável dos recursos naturais, gerando benefícios econômicos e sociais.

O Fundo Ecos começou como sendo a versão brasileira do Small Grants Program do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF) – nomeado em português como Programa de Pequenos Projetos Ecosociais, e teve o GEF como único doador por cerca de 15 anos. A partir do ano de 2013, o fundo passou a receber recursos de outras fontes, como Fundo Amazônia e União Europeia.

O ISPN, por meio do Fundo Ecos, executa a Oitava Fase Operacional do *Small Grants Program* no Brasil, entre 2025 e 2029, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e implementação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Neste contexto, o Fundo Ecos atua com quatro paisagens prioritárias onde são apoiados projetos estratégicos, pequenos projetos e projetos de consolidação. Os parceiros institucionais estratégicos são responsáveis por apoiar na construção dos projetos de organizações de base comunitária (OBC) e organizações de assessoria e na execução e monitoramento destes projetos. Os parceiros estratégicos têm o papel central, ainda, na interação entre os diversos projetos da paisagem, na articulação política e na construção de capacidades dos atores sociais dos territórios em questão.

As quatro paisagens foram definidas pelo Comitê Gestor Nacional (CGN) do Fundo Ecos como paisagens prioritárias a partir de critérios previamente estabelecidos, sendo estes: (1) presença de parceiros locais fortes que possam apoiar a execução dos projetos; (2) possibilidade de alavancar contrapartidas (cofinanciamento); (3) situação socioambiental da região; e (4) logística de acesso. Nessa definição das quatro paisagens, o CGN buscou também um equilíbrio entre os biomas Cerrado e Caatinga e entre os Estados. São elas:

- Alto Rio Poti, PI
- Oeste da Bahia, BA



- Sul do Maranhão, MA
- Kaiowá e Guaraní, MS.

As ações a serem desenvolvidas em cada paisagem são orientadas por documentos denominados “Estratégias de Paisagem”. Estas estratégias de paisagem visam resumir os principais problemas socioambientais das áreas e definir quais ações o projeto irá apoiar e promover no sentido de melhorar a resiliência destas paisagens. As Estratégias de Paisagem são organizadas em 6 partes:

1. Área prioritária - descrição da extensão e geografia da paisagem;
2. Análise de Situação - ameaças e oportunidades;
3. Estratégia da Paisagem - indicadores de resultados e impacto;
4. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos;
5. Plano de Monitoramento e Avaliação; e
6. Plano de Gestão do Conhecimento.

As Estratégias de Paisagem foram elaboradas a partir de consultas realizadas durante a preparação do Projeto Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil - Fundo Ecos, entre 2024 e 2026. Nessas consultas, foram levantadas informações sobre os problemas e dificuldades enfrentadas pelas comunidades locais (incluindo segurança alimentar, acesso à água, qualidade dos solos, desafios relacionados à produção, desigualdade de gênero e acesso às políticas públicas, entre outras), as ameaças aos ecossistemas e à biodiversidade, a presença de outros projetos em andamento relacionados à temática socioambiental e possibilidades de parcerias com instituições locais e regionais. A partir dessas informações, foram elencados os temas prioritários a serem apoiados pelos projetos e as bases para um entendimento comum sobre a situação de cada paisagem.

O presente documento traz, portanto, as informações colhidas para a paisagem Oeste da Bahia, que constituem o cerne desta Estratégia de Paisagem.

A oficina de consulta aconteceu na Paisagem Oeste da Bahia nos dias 9 e 10 de outubro de 2025, e envolveu 35 participantes de comunidades e organizações

dos municípios de Baianópolis, Barreiras, Coribe, Correntina, Formosa do Rio Preto, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia e São Desidério.

Esta oficina teve como objetivo geral realizar diálogo com atores locais da paisagem Oeste da Bahia para levantamento de problemas socioambientais, construção participativa das estratégias de ação para o desenvolvimento sustentável do território e validação do mapa de abrangência da paisagem. Para tanto, quatro grupos foram segmentados para levantar os principais problemas socioambientais que afetam as comunidades e seus territórios e pensar em ações estratégicas e iniciativas comunitárias que possam contribuir para a superação desses problemas. Foram realizados diálogos a respeito das principais características ambientais, sociais e econômicas dos municípios que compõem a paisagem; da produção agrícola e criação de pequenos animais; das atividades econômicas e produtivas desenvolvidas nas áreas naturais de Cerrado; da comercialização dos produtos; da organização comunitária; dos principais projetos e iniciativas e seus impactos; e dos principais parceiros das comunidades.

A partir dos pontos levantados, os atores puderam identificar os principais conflitos e os principais problemas que acometem o território e priorizar ações estratégicas para incidir nesses problemas.

2. Área Prioritária

A paisagem do Oeste da Bahia está inserida predominantemente no domínio do Bioma Cerrado e compreende os municípios de Baianópolis, Barreiras, Coribe, Correntina, Formosa do Rio Preto, Santa Maria da Vitória, Santa Rita de Cássia e São Desidério. A paisagem possui área total de aproximadamente 6.435.898,00 ha e população estimada em 366.414 habitantes, segundo dados do IBGE de 2025.

Segundo o Censo Demográfico de 2022, aproximadamente 27% da população dos municípios reside em áreas rurais. Os principais dados territoriais e populacionais dos municípios que compõem a paisagem são apresentados na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1: Informações demográficas dos municípios que compõem a paisagem do Oeste da Bahia.

Município	População estimada (IBGE 2025)	População rural (IBGE 2022)	População urbana (IBGE 2022)	Área do Município (ha) (IBGE 2025)
Baianópolis	14.138	9.745	3.869	332175,2
Barreiras	171.634	15.791	143.943	805930,5
Coribe	14.463	5.231	8.759	266514,1
Correntina	34.266	15.341	17.116	1150431,6
Formosa do Rio Preto	27.567	8.760	17.139	1563432,8
Santa Maria da Vitória	40.474	13.904	24.700	198491
Santa Rita de Cássia	28.890	9.773	17.617	603.049,1
São Desidério	34.982	15.717	17.111	1515.873,7

A paisagem está inserida na Região Hidrográfica do São Francisco e abrange áreas das bacias hidrográficas dos rios Grande e Corrente, importantes afluentes da margem esquerda do rio São Francisco e responsáveis por uma expressiva contribuição hídrica para a região.

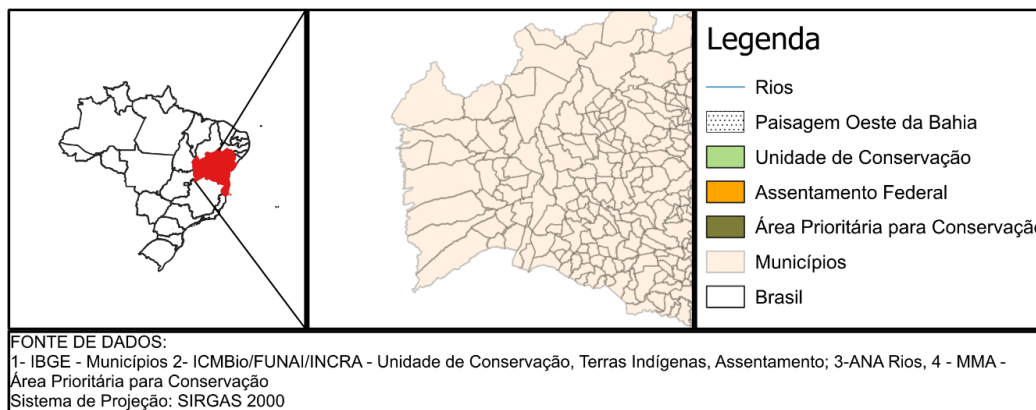
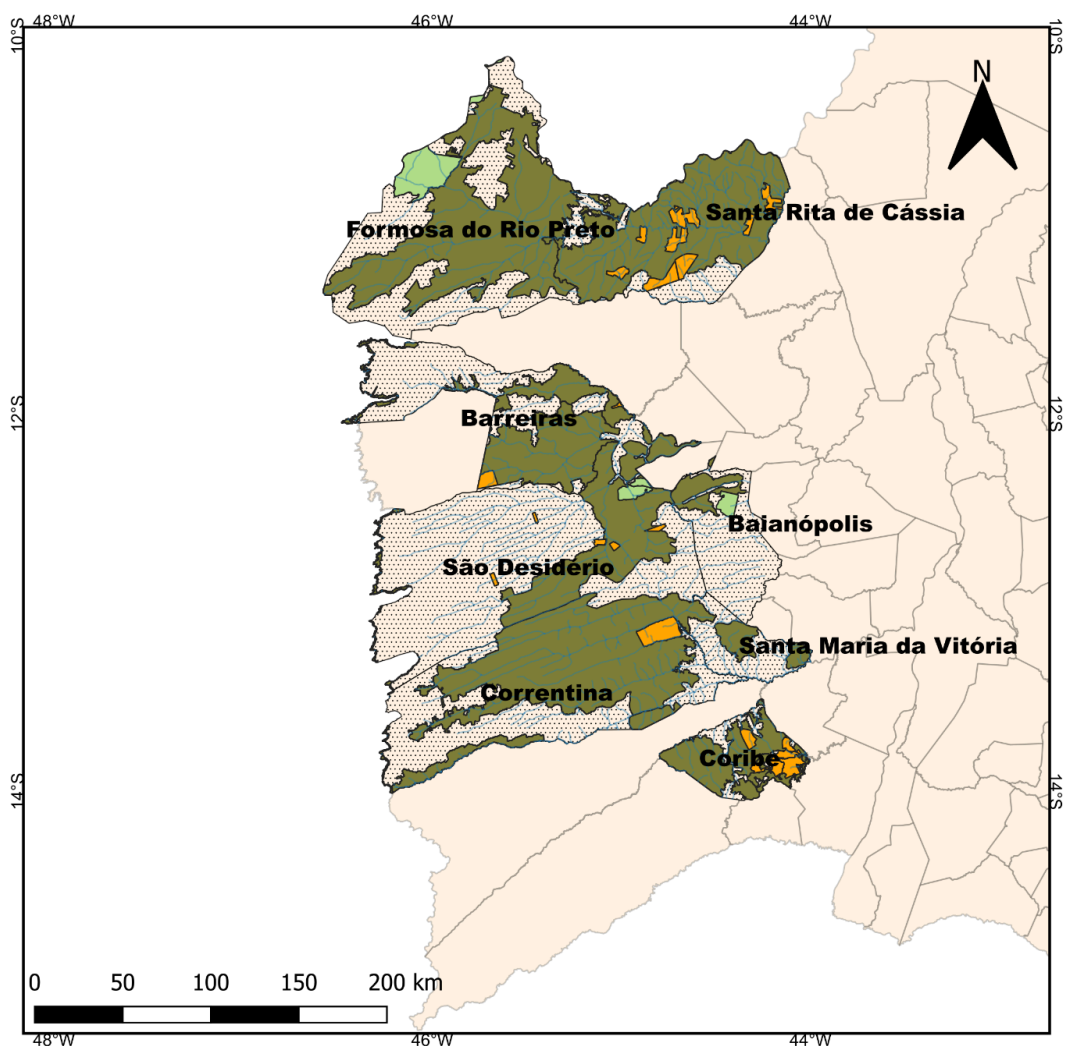
A bacia hidrográfica do Rio Grande ocupa a porção norte da paisagem e possui como principais cursos de água os rios Grande, Preto, Branco, de Ondas, das Fêmeas, entre outros. Na porção sul, a bacia hidrográfica do Rio Corrente reúne, entre outros, os rios Corrente, Correntina, Formoso, Arrojado, Guará e Pratudão.

A paisagem apresenta ainda um mosaico ambiental integrado, onde veredas, nascentes e matas de galeria e demais formações de vegetação nativa desempenham funções fundamentais para a conectividade ecossistêmica e a manutenção dos processos hidrológicos. Esse sistema é sustentado pelo Sistema Aquífero Urucuia, cujas reservas garantem a perenidade e a regularidade dos rios ao articular a recarga nos chapadões sedimentares com as descargas nos fundos de vale. Essa interação entre águas subterrâneas e superficiais ultrapassa fronteiras municipais e estabelece conexões em escala regional, fundamentais para a manutenção dos rios que integram a bacia do São Francisco.

A Figura 1, a seguir, apresenta a delimitação da área prioritária do Oeste da Bahia, destacando os municípios que integram a paisagem e sua inserção nas bacias hidrográficas dos rios Grande e Corrente.

Mapa da Paisagem Oeste da Bahia.

Paisagem Oeste da Bahia / GEF 8



3. Análise de Situação

Ameaças e oportunidades

A paisagem Oeste da Bahia vivencia um processo acelerado de transformação associado à expansão do agronegócio, a conversão de áreas de Cerrado, à pressão sobre regimes hídricos e a intensificação dos conflitos fundiários e territoriais.

Essas mudanças incidem nas formas históricas de uso e manejo do Cerrado desenvolvidas pelas populações que vivem na região, exercendo pressões sobre os territórios e os modos de vida de comunidades geraizeiras, de Fundo e Fecho de Pasto, camponesas, quilombolas, indígenas e outras populações locais, que desempenham papel fundamental na manutenção da diversidade socioambiental da paisagem.

Essas comunidades desenvolveram formas próprias de convivência com o Cerrado, baseado no uso comum de áreas, na criação de animais, na agricultura, na coleta de frutos e sementes nativas, no manejo do fogo, na proteção às nascentes e outras práticas transmitidas entre gerações. O Cerrado nesse contexto, é parte constitutiva dos territórios, das relações sociais, identidades e das condições que sustentam a vida.

A expansão da agricultura de larga escala junto a conversão da vegetação nativa são uma das principais ameaças à integridade da paisagem. O avanço da monocultura extensiva tem provocado a fragmentação de habitats e reduzido espaços tradicionalmente ocupados pelas comunidades. Dados do MapBiomas evidenciam a intensidade desse processo: em 2025 municípios como São Desidério, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Baianópolis e Correntina, estiveram entre os maiores em áreas desmatadas do país, somando mais de 36.201 mil hectares de vegetação suprimida no ano.

A transformação da cobertura e do uso da terra também se relaciona à crescente pressão sobre os recursos hídricos. A alteração de áreas de vegetação nativa nos chapadões e áreas de recarga, associada à intensificação da captação de água para irrigação da agricultura extensiva, compromete as relações entre águas subterrâneas e superficiais que sustentam nascentes, veredas e cursos de água. Em diferentes áreas da região, comunidades têm observado a redução da vazão de nascentes, rios e canais tradicionais de irrigação, com impactos sobre o abastecimento, produção de alimentos e criação de animais.

Esse cenário também aumenta a exposição da paisagem aos incêndios. Embora o fogo faça parte dos conhecimentos e práticas tradicionais de manejo do território, décadas de políticas orientadas pela lógica do “fogo zero”, contribuíram para criminalizar o seu uso e enfraquecer a transmissão dos conhecimentos associados ao manejo tradicional. A ausência de manejo nesses ambientes, favorecem o acúmulo de biomassa combustível, podendo contribuir para incêndios mais intensos. As organizações comunitárias da bacia do Corrente têm estruturado uma brigada voluntária, com ações de capacitação, monitoramentos no controle e combate a incêndios e aquisição de equipamentos, mas ainda há desafios relacionados à continuidade e valorização dos conhecimentos tradicionais e à consolidação de estruturas e estratégias comunitárias de prevenção e manejo do fogo em escala territorial.

A insegurança e os conflitos fundiários também configuram ameaças constantes às comunidades da paisagem. Processos de grilagem e apropriação de áreas tradicionalmente ocupadas e utilizadas pelas comunidades, associados a morosidade e limitações dos processos de reconhecimento e regularização dos territórios tradicionais, dificultam a garantia de seus direitos diante da expansão de empreendimentos e de processos de ocupação irregular.

O fortalecimento das comunidades como sujeitos de direitos e agentes da gestão territorial representa uma oportunidade estratégica para enfrentar as transformações em curso. A paisagem conta com associações comunitárias, organizações de base, brigadas e outras formas de organização local que atuam na defesa dos territórios, na gestão de áreas de uso comum, no monitoramento das transformações ambientais e na mobilização em torno de direitos territoriais. Essas experiências constituem uma base importante para ampliar a articulação entre organizações e a participação das comunidades nos espaços de decisão, considerando também os desafios de maior participação das mulheres e envolvimento das juventudes.

A permanência de conhecimentos e práticas tradicionais de convivência com o Cerrado também constitui um importante potencial para a conservação da paisagem. A valorização desses conhecimentos, associada ao fortalecimento da agricultura familiar, do extrativismo e de outras formas de uso sustentável do território, contribuem para a manutenção da vegetação nativa, da agrobiodiversidade e dos sistemas comunitários de produção e reprodução da vida. Nesse sentido, a conservação pode ser fortalecida a partir das próprias práticas e capacidades existentes nos territórios, reconhecendo o papel das comunidades na manutenção dos ambientes e dos processos ecológicos.

O fortalecimento de iniciativas comunitárias de proteção de nascentes, veredas e outras áreas prioritárias, associado ao monitoramento e à recuperação de áreas degradadas, favorece a manutenção das condições ecológicas dos territórios e a segurança hídrica das populações locais. Da mesma forma, as experiências comunitárias de Manejo Integrado do Fogo representam uma oportunidade para consolidar uma abordagem territorial do manejo do fogo, articulando conhecimentos tradicionais e técnicos e considerando as características, dinâmicas e necessidades de cada ambiente.

A articulação entre as diferentes organizações que atuam na paisagem é uma oportunidade para ampliar a escala e a incidência das iniciativas locais. A conexão entre experiências, conhecimentos e estratégias desenvolvidas nas bacias dos rios Grande e Corrente pode favorecer ações integradas de conservação, fortalecimento comunitário e defesa dos territórios, ampliando a capacidade das populações locais de participar da governança da paisagem e incidir sobre processos que afetam seus territórios.

4. Estratégia da Paisagem

Existem três aspectos definidores do conjunto de metodologias da Iniciativa Satoyama (COMDEKS) que o Fundo Ecos irá integrar em suas atividades durante o Projeto Oitava Fase Operacional do SGP/GEF no Brasil:

- As organizações comunitárias orientam as estratégias de desenvolvimento rural por meio do planejamento, governança, execução e monitoramento de projetos;
- A governança participativa da paisagem representa uma base eficaz para a organização de abordagens baseadas na comunidade e de múltiplas partes interessadas para a gestão da terra e dos recursos;
- As soluções integradas são efetivamente abordadas no nível da paisagem, pois a escala é grande o suficiente para incluir várias comunidades, processos e sistemas que sustentam os serviços ecossistêmicos, a produção econômica rural e as culturas locais.

Dessa forma, a estratégia de implementação do Fundo Ecos envolverá a assistência a organizações comunitárias na execução e coordenação de projetos que gerarão sinergias ecológicas, econômicas e sociais que produzirão benefícios ambientais globais maiores e potencialmente mais duradouros, bem como maior capital social e benefícios de desenvolvimento sustentável local.

Em cada uma das quatro paisagens-alvo, o Fundo Ecos apoia um ou mais projetos estratégicos e cerca de 10 projetos, incluindo pequenos projetos e projetos de consolidação. Todos os projetos - pequenos, consolidação e estratégicos - atuam de forma integrada no sentido de ampliar a resiliência da paisagem e garantir o enfoque de gênero em todas as ações realizadas de acordo com as ações descritas na Estratégia de Paisagem. O suporte do parceiro estratégico se dá por meio de um projeto estratégico elaborado pela organização parceira, a partir de uma Carta Convite ou de um Edital Restrito em que são explicadas as principais atribuições, resultados esperados e entregas.

Os parceiros estratégicos locais selecionados desempenham um papel fundamental na implementação da Estratégia de Paisagem; promovendo a integração entre todos os projetos apoiados na paisagem, capacitações, intercâmbios e incidência política. Outras atividades que podem ser lideradas pelo parceiro estratégico são intercâmbios entre agricultores, feiras de sementes locais ou regionais, oficinas temáticas e capacitações, entre outras. Cabe também ao parceiro estratégico desenvolver iniciativas piloto com tecnologias consideradas inovadoras ou pouco conhecidas na região, mas que demonstram potencial para uma aplicação mais ampla.

Essas organizações estratégicas são importantes ainda no apoio às organizações de base tanto na construção como na implementação dos seus projetos. Na fase de implementação dos projetos, o parceiro estratégico tem o papel de apoiar no monitoramento dos projetos, fornecendo assistência técnica e administrativa, principalmente às organizações comunitárias que apresentam fragilidades de gestão. Também são responsáveis por auxiliar o ISPN no monitoramento dos resultados alcançados, o que é essencial, considerando que muitas organizações menores podem ainda não ter uma boa capacidade administrativa e organizacional suficientes, necessitando de acompanhamento para aprimorar suas habilidades e competências nessa área.

Para alcançar impactos na escala da paisagem, o projeto estratégico fomentará em cada paisagem uma “plataforma multissetorial de parceiros” (ou, simplesmente, uma rede de parceiros). O parceiro estratégico de cada paisagem tem o papel de ser um impulsionador institucional, com a responsabilidade de animar a rede e apoiar seu funcionamento para manter uma estratégia de diálogo estreito entre comunidades tradicionais e agricultores familiares e seus parceiros institucionais, sejam estes governos locais, universidades ou organizações da sociedade civil. Além de ser um fórum para discussões e debates em nível de paisagem, pode funcionar como um espaço para divulgar

experiências, lições aprendidas e as melhores práticas de iniciativas anteriores, visando sua ampliação ao longo do projeto.

No contexto da rede, o parceiro estratégico é responsável por promover discussões, oficinas e outros eventos em que o planejamento no nível da paisagem esteja em destaque. Os diferentes atores interessados se reunirão para um processo participativo de tomada de decisão, buscando estabelecer acordos que resultem em apoio a sistemas multifuncionais de uso da terra, paisagens mais resilientes e com conectividade ecológica, no contexto do desenvolvimento sustentável e da proteção e mitigação socioambiental das mudanças climáticas.

Na medida em que o projeto se desenvolver, as plataformas multissetoriais também funcionarão como fóruns para a apresentação, discussão e disseminação dos resultados do projeto. Outro papel dessa plataforma é articular potenciais parceiros e programas para ampliar os mercados para os produtos da sociobiodiversidade encontrados na paisagem, além de visar uma maior incidência política dando mais visibilidade aos problemas enfrentados pelas comunidades.

5. Potenciais projetos comunitários e critérios para seleção de projetos

Os temas e ações prioritários levantados na oficina de consulta da Paisagem Oeste da Bahia são a base para a construção de um edital voltado às organizações de base comunitária ou de assessoria atuantes na paisagem. As ações citadas durante a oficina de consulta foram agrupadas em:

- Produção sustentável, agroecologia e adaptação climática
- Conservação ambiental e gestão da sociobiodiversidade
- Proteção territorial e defesa de direitos
- Mapeamento, planejamento e gestão territorial
- Fortalecimento organizativo, comunicação e articulação de conhecimentos
- Cultura, identidade e valorização dos conhecimentos tradicionais
- Mulheres, juventudes e protagonismo nos territórios
- Saúde, bem-estar e cuidado comunitário

Os editais são supervisionados pelo Comitê Gestor Nacional (CGN), que é composto por representantes de órgãos governamentais, organismos internacionais, organizações da sociedade civil e da academia. Os proponentes de projetos devem ser associações sem fins lucrativos, OSCIP, organizações não-governamentais, sindicatos ou cooperativas constituídas há, pelo menos, dois anos. Não poderão ser apoiadas organizações governamentais, empresas privadas, pessoas físicas, igrejas, clubes, associações de funcionários públicos e instituições de pesquisa.

Os projetos devem ser genuinamente participativos e buscar a resolução de problemas concretos do território utilizando-se de soluções pensadas e que façam sentido para a comunidade e que se relacionem com os temas elencados nesta Estratégia de Paisagem. Os projetos poderão incluir um ou mais temas, mas todos devem demonstrar contribuição para a ampliação da resiliência da paisagem por meio dos temas elencados na Tabela 2.

Tabela 2. Iniciativas estratégicas, possíveis ações e principais indicadores para a paisagem Oeste da Bahia.

Iniciativas Estratégicas	Possíveis Ações	Indicadores
Produção sustentável, agroecologia e adaptação climática	Adoção e fortalecimento de sistemas agroecológicos e agroflorestais Criação e fortalecimento de bancos de sementes e conservação de variedades Tecnologias sociais e assistência técnica contextualizadas Adoção de medidas de adaptação às mudanças climáticas	Número de famílias que adotam práticas agroecológicas; número de bancos de sementes criados ou fortalecidos; número de variedades conservadas; área sob manejo agroecológico; número de tecnologias sociais instaladas; número de famílias com acesso a assistência técnica; número de famílias e organizações que adotam medidas de

Iniciativas Estratégicas	Possíveis Ações	Indicadores
	Promoção de fundos rotativos solidários, agroindústrias e casas de farinha Disseminação de experiências exitosas de geração de renda	adaptação; número de famílias comercializando produtos da sociobiodiversidade
Conservação ambiental e gestão da sociobiodiversidade	Restauração do Cerrado pelas comunidades, incluindo coleta de sementes, muvuca e viveiros Fortalecimento do Manejo Integrado do Fogo nas comunidades, com aceiros, capacitação, educação ambiental e formação de brigadas comunitárias Promoção da educação ambiental nas escolas e comunidades	Área com manejo para restauração; Área com manejo ecológico do fogo; Número de escolas e comunidades envolvidas
Proteção territorial e defesa de direitos	Cercamentos e monitoramentos territoriais Proteção de áreas sensíveis diante de ameaças e grandes empreendimentos Garantia de assistência e formação jurídica Criação de protocolos para situações de risco	Área monitorada e protegida; número de comunidades e lideranças fortalecidas; número de pessoas capacitadas em direitos e formação jurídica; área com manejo para extrativismo; número de representantes comunitários em comitês

Iniciativas Estratégicas	Possíveis Ações	Indicadores
	Formações políticas sobre identidade, direitos e associativismo Reconhecimento e garantia das áreas de extrativismo, assegurando o acesso, o uso sustentável dos recursos naturais e os direitos territoriais das comunidades tradicionais Participação comunitária nos comitês de bacias hidrográficas Ações de incidência política e participação nos espaços decisórios	de bacias e outros espaços decisórios; número de ações de incidência realizadas; número de demandas comunitárias encaminhadas.
Mapeamento, planejamento e gestão territorial	Mapeamento participativo de territórios, povos, comunidades, rios, nascentes (ativas e degradadas), conflitos Promover estudos sobre a história social da região Ações de incidência por melhores condições de transporte e energia	Número de comunidades fortalecidas; número de mapas e estudos produzidos; número de iniciativas de Gestão Territorial implantadas; número de organizações com capacidades de gestão territorial fortalecidas.
Fortalecimento organizativo, comunicação e	Fortalecimento institucional das organizações e formação em associativismo	Número de organizações fortalecidas; número de pessoas com capacidades aprimoradas; número de

Iniciativas Estratégicas	Possíveis Ações	Indicadores
articulação de conhecimentos	Fomento a comunicação popular e criação de equipes comunitárias de comunicação Fortalecimento da articulação com universidades e núcleos de estudos Desenvolvimento de materiais didáticos contextualizados aos territórios locais	materiais de comunicação e gestão do conhecimento produzidos; número de equipes comunitárias de comunicação fortalecidas; número de parcerias estabelecidas com universidades e núcleos de estudos.
Cultura, identidade e valorização dos conhecimentos tradicionais	Oficinas e formações de autorreconhecimento e valorização das identidades Promoção de encontros de raizeiras e benzedeiros Fortalecimento da memória social e cultural dos territórios	Número de comunidades envolvidas; número de ações de valorização e transmissão de conhecimentos realizadas; número de encontros e oficinas realizados
Mulheres, juventudes e protagonismo nos territórios	Promoção da participação e protagonismo de mulheres e jovens em projetos e espaços de decisão Capacitação e geração de renda para mulheres Ações de lazer e fortalecimento dos vínculos da juventude com o território	Número de mulheres participantes; número de mulheres em espaços de liderança; número de mulheres capacitadas; número de iniciativas de geração de renda apoiadas; renda gerada pelas iniciativas protagonizadas por mulheres; número de jovens participantes; número de jovens em espaços de liderança; número de jovens inseridos

Iniciativas Estratégicas	Possíveis Ações	Indicadores
	Realização e apoio a campanhas de incidência com envolvimento da juventude	em organizações e projetos; número de ações protagonizadas por jovens; número de ações de lazer, formação e incidência realizadas.
Saúde, bem-estar e cuidado comunitário	Promoção da saúde mental e do autocuidado, especialmente para mulheres e jovens Disseminação e fortalecimento de práticas integrativas e complementares de saúde Estabelecimento de parcerias com universidades, agentes comunitários e serviços públicos de saúde Incidência pela estruturação dos CAPS Fortalecimento de redes de cuidado e apoio comunitário	Número de pessoas envolvidas nas atividades; número de ações de saúde mental e autocuidado realizadas; número de mulheres e jovens envolvidos; número de parcerias estabelecidas com universidades e agentes de saúde; número de ações de incidência em saúde.

6. Plano de Monitoramento e Avaliação

O monitoramento dos projetos conduz a uma “parada para refletir sobre a prática” e a coletar e sistematizar informações que geram evidências e aprendizados voltados a vários usos. Desde a correção de rumos de um projeto em andamento, melhoria da atuação da organização, comunicação dos resultados, até a produção de informações que demonstrem a relevância de investimentos públicos e privados em iniciativas socioambientais e em políticas públicas apropriadas aos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

O monitoramento é fundamental para acompanhar e verificar a realização e as pendências das atividades previstas na fase de planejamento e o alcance dos objetivos e resultados esperados. O ISPN, como parte da sua metodologia de apoio a projetos, capacita e orienta as organizações e comunidades envolvidas nos projetos a monitorarem e avaliarem suas iniciativas, tanto durante todo o ciclo de vida do projeto (desempenho e resultados) como também nos efeitos que o projeto continua a gerar na vida das comunidades e da organização mesmo após o seu encerramento (seus impactos).

O monitoramento e a avaliação dos projetos cabem em primeiro lugar, ao proponente, entidades parceiras e ao conjunto das organizações sociais no qual o projeto está inserido; em segundo lugar, ao ISPN, enquanto Coordenação Técnico-Administrativa do Fundo Ecos.

Cada projeto apoiado pelo Fundo Ecos é acompanhado por um ponto focal, responsável por monitorar todo o ciclo de vida do projeto, desde sua contratação até seu encerramento. Embora os dados sejam coletados ao longo do projeto, existem períodos específicos para sistematizar essas informações e compartilhá-las com o ponto focal. As organizações parceiras recebem os recursos financeiros em 3 parcelas, que somam o valor total do projeto. A primeira parcela é desembolsada no momento da assinatura do contrato. Para receber as parcelas seguintes, as organizações precisam apresentar relatórios e evidências relacionados à execução financeira e às atividades desenvolvidas. O Relatório do Projeto fornece uma descrição das atividades e despesas já realizadas, e o progresso dos indicadores alcançados até cada período.

A partir desses relatórios é possível alimentar o Sistema de Gestão de Projetos e monitorar os indicadores de impacto de cada projeto e de cada paisagem prioritária. Outras informações complementares são obtidas por meio de visitas técnicas de monitoramento.

O Fundo Ecos, em parceria com as organizações locais e parceiros estratégicos, reúne os dados e as informações coletadas sobre cada projeto, e sistematiza resultados, impactos e aprendizados gerados nas Paisagens Prioritárias. Pelo monitoramento é possível identificar casos positivos, sucessos alcançados pelos projetos, que nem sempre aparecem nos relatórios escritos, mas que podem servir tanto para fortalecer a coletividade na qual foi alcançado, como para inspirar outras experiências comunitárias.

7. Plano de Gestão do Conhecimento e Comunicação

O ISPN define a Gestão do Conhecimento como o processo de sistematização de lições aprendidas e conhecimentos tradicionais no âmbito dos projetos, tendo foco na organização sistemática e na utilidade da informação a longo prazo.

Esse processo é realizado de diversas formas, incluindo cartilhas virtuais, publicações impressas, documentários, podcasts e outras formas de mídia. A abordagem do ISPN enfatiza parcerias com organizações locais e regionais para desenvolver, aprimorar e disseminar metodologias, práticas e tecnologias. Essa estratégia viabiliza a replicação e a adoção mais ampla de soluções práticas.

Visto que o conhecimento gerado nos projetos apoiados pelo Fundo Ecos provém de diversas fontes, é fundamental garantir que o conteúdo seja captado e gerenciado de forma sistemática. Para tanto, o ISPN utiliza a Plataforma Coruja, uma ferramenta independente para o monitoramento dos projetos apoiados e, por meio de sua estratégia de Gestão do Conhecimento, incentiva os projetos apoiados pelo Fundo Ecos a destinarem recursos e ações específicas para a sistematização de informações. Durante a Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil, estão previstos recursos específicos para comunicação e gestão do conhecimento visando fortalecer esse esforço de sistematização.

O conhecimento compartilhado a partir desses projetos é disseminado por meio de intercâmbios de aprendizado, publicações, colaborações acadêmicas e articulações de governança com o poder público. No âmbito específico dos projetos, os intercâmbios trazem a perspectiva de desenvolvimento de conhecimento, como oportunidades de aprendizagem entre pares em vários cenários. As plataformas multissetoriais e redes de parceiros também são espaços de divulgação e disseminação dos conhecimentos gerados ao longo do projeto.

Ao longo dos anos, o ISPN tem publicado uma série de publicações sobre boas práticas no agroextrativismo, o beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade e o associativismo. Mais recentemente, vem trabalhando com mídias sociais e vídeos. Tanto as publicações e mídias podem ser acessadas por meio do site do ISPN (ispn.org.br). O ISPN também investe na capacitação e no fortalecimento dos canais de comunicação dos projetos parceiros, por meio de formações, assessorias e apoio técnico, buscando valorizar e ampliar o alcance e a qualidade das narrativas locais.

O Plano de Gestão do Conhecimento busca dar visibilidade às ações locais realizadas pelas organizações parceiras nos territórios, assim como promover a articulação em rede dos diversos atores sociais envolvidos nas Paisagens Prioritárias da Oitava Fase Operacional do SGP no Brasil.



